

ARTIGO 33.º

Casos omissos

Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos pelas normas relativas ao direito de associação e pela lei geral.

Está conforme o original.

21 de Agosto de 2006. — A Presidente da Assembleia Geral, (Assinatura ilegível.) 3000214561

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO N.º 2 — ESCOLA EB 2, 3 ANDRÉ DE RESENDE DE ÉVORA

Estatutos**CAPÍTULO I****Denominação, natureza, sede e objecto****1.º**

1 — É constituída uma associação sem fins lucrativos denominada Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento n.º 2 — Escola EB 2, 3 André de Resende de Évora, que se regerá pelos presentes estatutos, pelos regulamentos internos e pelas disposições legais aplicáveis.

2 — A duração da Associação é por tempo indeterminado.

3 — A Associação tem a sua sede social na Escola EB 2, 3 André de Resende, Avenida de Gago Coutinho, em Évora.

4 — O ano social coincidirá com o ano escolar.

2.º

1 — A Associação tem por escopo o desempenho do papel atribuído às associações de pais e encarregados de educação pela legislação aplicável.

2 — Para a prossecução destes fins, constituem, designadamente, objectivos desta Associação:

a) Pronunciar-se sobre e participar na definição da política educativa geral;

b) Participar, nos termos da lei, nos órgãos da Escola, bem como intervir na organização das actividades de complemento curricular, do desporto escolar e da ligação Escola-meio;

c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade e da amizade entre professores, pais, encarregados de educação e alunos;

d) Contribuir para o desenvolvimento do interesse dos pais ou encarregados de educação e seus filhos ou educandos pelos problemas sociais, culturais e educacionais;

e) Contribuir para a resolução dos problemas relativos ao bem-estar, à segurança e à utilização dos tempos livres dos alunos;

f) Pugnar pela qualidade e pela liberdade do ensino;

g) Colaborar com as autoridades e as entidades locais no âmbito dos presentes estatutos.

3 — Para a prossecução destes objectivos, pode a Associação filiar-se em federações regionais ou nacionais da mesma natureza.

3.º

A Associação é independente do Estado, dos partidos políticos, de organizações religiosas e de quaisquer outras instituições ou grupos de interesse.

CAPÍTULO II**Dos associados****4.º**

1 — Podem ser associados os pais, mães e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento n.º 2 — Escola EB 2, 3 André de Resende de Évora que se inscrevam na Associação mediante o preenchimento e a entrega da respectiva proposta de candidatura.

2 — A qualidade de associado é adquirida por deliberação da direcção, mediante uma proposta de candidatura subscrita pelo interessado.

5.º

Constituem direitos dos associados:

a) Participar plenamente na vida associativa;

b) Eleger e ser eleito para qualquer cargo social ou quaisquer cargos sociais;

c) Propor novos associados.

6.º

São deveres dos associados:

a) Contribuir para a prossecução dos objectivos da Associação;

b) Exercer os cargos para que forem eleitos, salvo o direito de renúncia por motivos devidamente justificados;

c) Pagar pontualmente as quotas periódicas estabelecidas pela assembleia geral.

7.º

1 — Perdem a qualidade de associado aqueles que:

a) Comunicarem por escrito a sua vontade à direcção;

b) Deixarem de cumprir as obrigações estatutárias e regulamentares;

c) Não procederem ao pagamento atempado das quotas;

d) Atentarem contra os fins da Associação.

2 — A deliberação sobre a perda da qualidade de associado nos termos das alíneas b) e d) do parágrafo anterior compete à assembleia geral e só poderá ser decidida após audiência do interessado.

3 — A deliberação sobre a perda da qualidade de associado nos termos das alíneas a) e c) do parágrafo anterior compete à direcção.

4 — O reingresso na Associação daquele que tiver perdido a qualidade de associado nos termos da alínea a) do n.º 1 deste artigo ficará sujeito às condições e aos procedimentos aplicáveis aos novos candidatos.

CAPÍTULO III**Dos órgãos sociais****8.º**

São órgãos da Associação:

a) A assembleia geral;

b) A direcção;

c) O conselho fiscal.

9.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados.

2 — Têm assento na assembleia geral, a título consultivo e informativo, os representantes dos órgãos directivos do Agrupamento.

3 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

4 — A assembleia geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias convocadas com um mínimo de 10 dias de antecedência pelo presidente da mesa, mediante edital afixado na sede da Associação e em cada escola pertencente ao Agrupamento n.º 2 e ainda por qualquer meio idóneo de comunicação escrita com os associados, incluindo os electrónicos. Serão sempre indicados o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

5 — A assembleia geral reunirá em sessão ordinária nos 30 dias subsequentes ao início do ano lectivo para a apreciação e a aprovação do plano anual de actividades e o correspondente orçamento.

6 — A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária a pedido da mesa da assembleia geral, da direcção, do conselho fiscal ou ainda por requerimento de pelo menos um terço dos associados.

7 — A assembleia geral não pode deliberar em primeira convocatória sem a presença de pelo menos metade e mais de um dos associados.

8 — Passada meia hora, a assembleia poderá deliberar com qualquer número de associados, com a mesma ordem de trabalhos e no mesmo local.

9 — Salvo para a extinção da Associação, as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

10.º

É da competência da assembleia geral:

a) Eleger anualmente e destituir os titulares dos órgãos sociais da Associação;

b) Apreciar e aprovar a política geral da Associação;

c) Apreciar os actos de gestão dos restantes órgãos sociais;

d) Apreciar e aprovar os planos de actividade e os respectivos orçamentos para a sua execução;

e) Apreciar e aprovar os relatórios e as contas do exercício, acompanhados do parecer do conselho fiscal;

f) Fixar os valores das quotas e a sua periodicidade;

g) Deliberar sobre a exclusão de associados no âmbito do disposto no artigo 7.º, n.º 1, alíneas b) e c);

h) Deliberar sobre as alterações dos estatutos;

- i) Deliberar sobre as propostas de dissolução da Associação;
- j) Deliberar sobre todas as questões constantes da ordem do dia relativas ao escopo da Associação;
- l) Deliberar sobre todos os outros assuntos de interesse para a Associação.

11.º

1 — A direcção é constituída por um presidente, um vice-presidente e três vogais, eleitos pela assembleia geral de entre os associados, em reunião extraordinária especialmente convocada para o efeito até ao dia 30 de Setembro de cada ano.

2 — Os representantes dos órgãos sociais mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos eleitos.

12.º

1 — Os membros da direcção serão eleitos por listas plurinominais, dispondo cada associado de um voto singular de lista.

2 — As listas que se propõem às eleições devem conter a indicação de candidatos efectivos em número igual ao de representantes a eleger, bem como de pelo menos dois candidatos suplentes.

3 — Em caso de vacatura de lugar, as vagas serão preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, na respectiva ordem da lista a que pertencia o representante que abandona o lugar.

4 — Verificando-se a demissão colectiva da direcção, as vagas serão preenchidas mediante novas eleições, convocadas pelo presidente da mesa da assembleia geral, a efectuar-se dentro dos 30 dias subsequentes à verificação da vacatura de lugares.

5 — O processo eleitoral será conduzido pela mesa da assembleia geral.

6 — A Associação obriga-se em actos escritos com a assinatura conjunta de dois titulares da direcção, devendo uma das assinaturas ser a do presidente ou, no seu impedimento, a do vice-presidente.

13.º

É da competência da direcção:

- a) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- b) Gerir as actividades da Associação cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais e estatutárias;
- c) Administrar os bens e os fundos da Associação, bem como os que lhe estejam confiados;
- d) Elaborar os regulamentos internos necessários à prossecução das actividades da Associação;
- e) Elaborar os planos de actividade e os projectos de orçamento e dar-lhes execução;
- f) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral os relatórios e as contas do exercício;
- g) Celebrar contratos;
- h) Solicitar pareceres ao conselho fiscal;
- i) Requerer a convocação extraordinária da assembleia geral;
- j) Propor à assembleia geral o montante e a periodicidade das quotas;
- l) Excluir os sócios nos termos do artigo 7.º, n.º 1, alíneas a) e c);
- m) Exercer as competências que lhe forem delegadas pela assembleia geral.

14.º

O conselho fiscal é composto por três membros efectivos e três suplentes, sendo um presidente, um secretário, um vogal efectivo e três vogais suplentes, eleitos em assembleia geral de entre os associados e nos termos e prazos previstos para a eleição da direcção.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

15.º

A dissolução da Associação tem de ser aprovada pela maioria de dois terços dos associados.

16.º

São fontes de receitas da Associação:

- a) As quotas dos associados;
- b) Os donativos e os subsídios entregues por quaisquer entidades públicas e privadas;
- c) Outros que a lei permita.

Está conforme o original.

25 de Janeiro de 2006. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, (*Assinatura ilegível*). — O Vice-Presidente, (*Assinatura ilegível*). — O Secretário, (*Assinatura ilegível*). 3000214564

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE AZAMBUJA C/JARDIM-DE-INFÂNCIA

(alteração aos estatutos da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada da Azambuja).

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO 1.º

Denominação

Atendendo à natural evolução do sistema educativo, que não só estimula a criação de novas fórmulas de gestão com partilha interescolar dos recursos disponíveis como a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos daí decorrentes, é alterada a denominação para Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Azambuja com Jardim-de-Infância, que se rege pelos presentes estatutos, elaborados de acordo com o normativo do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de Março.

ARTIGO 2.º

Definição

1 — A Associação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelos pais e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento de Escolas de Azambuja c/Jardim-de-Infância.

2 — A Associação exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa, procurando assegurar que a instrução e educação dos seus filhos ou educandos se processe segundo os princípios da Declaração dos Direitos do Homem respeitantes à infância.

ARTIGO 3.º

Sede e duração da Associação

A Associação constitui-se por tempo indeterminado e terá a sua sede na Escola Básica Integrada de Azambuja, sita no Bairro da SOCASA, na Azambuja.

ARTIGO 4.º

Objecto da Associação

A Associação tem por objecto:

- 1) Defender o direito e facilitar o exercício do dever dos pais e encarregados de educação no acompanhamento do projecto escolar dos educandos, seja este específico do Agrupamento ou integrado em projectos conjuntos com outras escolas ou instituições;
- 2) Contribuir para uma estrutura educacional que possibilite a participação dos pais e encarregados de educação no enriquecimento da actividade escolar e associativa;
- 3) Contribuir para o desenvolvimento e a promoção de todas as acções de carácter pedagógico, cultural e social conducentes ao bom funcionamento do Agrupamento, no sentido de obter a resolução de problemas relacionados com a educação integral dos educandos, bem como das condições globais de higiene, segurança e conforto dos edifícios e áreas envolventes.

ARTIGO 5.º

Competências da Associação

À Associação compete:

- 1) Defender e promover os interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ao ensino dos seus educandos;
- 2) Participar no processo de inovação permanente do nosso sistema educativo no sentido da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem e da sua crescente adequação às características da sociedade actual;
- 3) Promover iniciativas que permitam melhorar quantitativa e qualitativamente as instalações, os equipamentos e os recursos do Agrupamento;
- 4) Colaborar com o Agrupamento e com os professores na procura conjunta de soluções para os problemas educativos dos educandos;
- 5) Manter e dinamizar os laços de cooperação e de diálogo entre os pais/encarregados de educação, entre estes e os professores do Agrupamento e também com outras instituições locais com influência no seu funcionamento;